

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

**PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MURIAÉ/MG, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO
REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA**

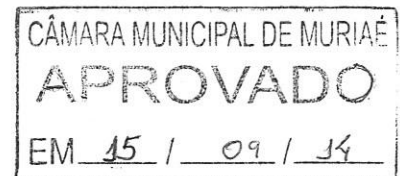
Nº do protocolo: 38.288/2014

Data: 03/09/2014

Parecer de: 10/09/2014

Objeto: *"Autoriza o Município de Muriaé a conceder isenção de taxa de alvará, documentos e protocolos"*

Autor: Vereador Manoel Carvalho



A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento nos arts. 72, VI e VII e alíneas e artigos 160, e 170 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições constitucionais e legais pertinentes, assim se manifestam:

1 QUANTO AO *QUORUM* EXIGIDO PARA VOTAÇÃO e da TRAMITAÇÃO DA PROJETO DE LEI

Em seus Arts. 219, 221, 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé/MG dispõe sobre o *quorum* exigido para votação das várias espécies de projetos de lei, daí se concluindo que a matéria apresentada insere-se entre aquelas cujo *quorum* é o estabelecido nos artigos acima.

2 QUANTO AO MÉRITO DO PROJETO

Como se subtrai da análise do projeto protocolado sob nº 38.288/2014, trata-se de pedido *o autoriza o Município de Muriaé, a conceder isenção de taxa de alvará, documentos e proteção "*

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante a regra prevista no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, da Constituição Federal.

Portanto, o tema tratado nessa propositura não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Dessa maneira, vislumbramos que o objeto da propositura, se amolda a aquilo que estabeleceu o constituinte de 1.988, visando autorizar a concessão de isenção de taxas estabelecidas pela legislação local ao microempreendedor individual.

Em vista disto, as comissões entendem que a proposta está dentro da competência constitucional do ente municipal, não apresentando nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

Finalmente as Comissões reconhecem com louvor a iniciativa do presente projeto, eis que com aprovação do mesmo, irá beneficiar um grupo de trabalhadores que exercem suas atividades na modalidade de micro empreendedor individual.

3 DA CONCLUSÃO FINAL

Considerando todo o exposto, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Muriaé/MG, conjuntamente à Comissão de Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, ao apreciarem o Projeto de Lei de Protocolo nº 38.288/2014 de 03/09/2014, nos termos regimentais e legais e com base em todas as argumentações aqui expendidas, **se MANIFESTAM pela APROVAÇÃO deste projeto, dado ser este CONSTITUCIONAL E LEGAL.**

Este é nosso parecer, salvo melhor juízo.


Do Plenário da Câmara Municipal de Muriaé/MG para apreciação pelos Exmos. Srs. Edis, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2014.



DEVAIL GOMES CORREA – PRESIDENTE

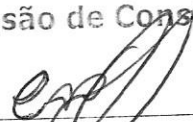


ADEMAR CAMERINO - RELATOR




WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA - MEMBRO


Comissão de Constituição, Legislação e Justiça



CARLOS DELFIM SOARES RIBEIRO - PRESIDENTE

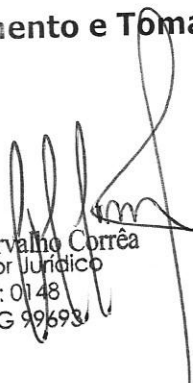


JOSE HAROLD FERREIRA JUNIOR - RELATOR



HELENA FRANCISCA DE OLIVEIRA CARVALHO - MEMBRO

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas


Francisco Carvalho Corrêa
Procurador Jurídico
MASP: 0148
OAB/MG 99693

Reunido e Conferido com a (s) Comissão (ões)
Encaminhado para o Procurador Jurídico

(1)  Assessor(a) Jurídico(a)

Daniel José Dias Campos
Assessor Jurídico
MASP: 0119

(2)  Assessor(a) Jurídico(a)

Muriae, 10 de 09 de 2014